Plano de Ação. Crítica a oposição e a maioria palaciana, que vive atropelando os corredores do Palácio, não sabe ou não quer defender as críticas improprias. Improcedentes, sim. Quem não quiser ver que não veja, desde que cega espiritual o são. Ai estão pelos bairros de São Paulo e municípios do interior novos grupos escolares, ginásios, escolas profissionais; ampliadas têm sido as ruas estradas, a rede de água e esgoto cada vez mais estendidas têm sido; novos postos de puericultura e centros de saúde têm sido instalados. Por esta razão é que, Sra. Presidente, desejo, sem integrar a maioria e sem desejar ser a palmaria, permanecer estes dias nesta Augusta Assembléia vigilante, prestigiando um Governo probo, advogando as suas iniciativas e repelindo com energia todas as inectivas improprias, falsas, inverídicas maldosas.

Esta Sra. Presidente, a linha do nosso comportamento, a diretriz que nos traçaremos para os próximos dias de nossa permanência nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Miguel Jorge Nicolau. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Srs. deputados, penso que se impõe a reforma de nosso Regimento, no sentido de que nas convocações extraordinárias sejam encaminhados ao Executivo requerimentos importantes, e de urgência, e no sentido de que todos os Srs. deputados possam vir ao Pequeno Expediente tratar de todos os assuntos, mesmo daqueles estranhos ao objetivo da convocação.

Apresento, na sessão de hoje, Srs. deputados, um requerimento nos seguintes termos:

“Informa a ‘Folha de S. Paulo’, edição de hoje (documento anexo), que se verificou ‘novo caso de tortura na polícia paulista’.

Freqüentemente há notícias de violências policiais, que foram tão combatidas pelo Sr. Jânio Quadros, quando deputado estadual, mas que continuaram a registrar-se durante o seu governo, neste Estado, e prosseguem sob a administração do Sr. Carvalho Pinto.

Nestas condições, e como tentativa de esclarecer e combater tais abusos (esclarecimento e combate que seriam impossíveis numa ditadura), requero sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1) — Que pode dizer o Sr. Governador sobre o caso da prisão e maus tratos sofridos pelo jovem Sílvio Carlos Reimer, de 19 anos, que teria sido sequestrado e torturado por investigadores da Delegacia de Roubos, com o suplicio denominado ‘pau de arara’, caçadas e choques elétricos?

2) — Existem determinações escritas do Poder Executivo para que tais processos não sejam usados pela polícia paulista?

3) — Há inquérito para apurar a responsabilidade dos investigadores que os teriam empregado contra o jovem Sílvio Carlos Reimer?

4) — Não me havendo chegado ao conhecimento, durante todo o meu mandato, queixas de torturas infligidas a indivíduos que gozam de boa situação social, e estranhando o silêncio que desceu sobre o famoso ‘crime do Morumbi’, cumprio o dever de indagar: — qual o andamento do inquérito sobre tal crime?”

Este o requerimento que espero chegue brevemente às mãos do Sr. Governador, e faço votos para que S. Exa. também responda com a brevidade que o assunto requer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, através do ‘Diário Oficial’ de sábado tomamos conhecimento da promulgação da lei que dispõe sobre o abono de 30% ao funcionalismo público estadual e sobre outras providências.

A União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, reunida ontem, deliberou prosseguir na campanha da obtenção dos restantes, até atingir 60%, conforme foi deliberado no início dessa campanha, no mês de julho de 1960. A União dos Servidores Públicos, repito, em nome do funcionalismo público, deseja alcançar a diferença dos 30%, até atingir 60%. Foi nessa base que se discutiu, ontem, na sede da entidade, para que a campanha tivesse prosseguimento até o objetivo, que é os 60%.

Sr. Presidente, além da reivindicação de mais 30%, que a União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo vai pleitear, resolveu também hipotecar integral apoio às reivindicações da Polícia Civil, da Guarda Civil e da Força Pública.

Nesse sentido a entidade de classe redigiu um memorial — que será por mim entregue, possivelmente amanhã, ao Chefe do Executivo — levando ao conhecimento de S. Exa. essa deliberação.

Em nome do funcionalismo público do Estado, declaramos-nos novamente nesta campanha, até a obtenção de mais 30%. O custo de vida continua subindo neste exercício, não se justificando um aumento de apenas 30%. O funcionalismo precisa de mais 30%!

Peço a V. Exa., Sr. Presidente, que autorize a publicação deste pequeno memorial ao pé do meu discurso, no ‘Diário da Assembléia’, para que o funcionalismo público do Estado tenha conhecimento da campanha ora encetada pela União dos Servidores Públicos, em favor também da Guarda Civil, da Força Pública e da Polícia Civil de São Paulo.

(N. da T. — O documento a que se refere o orador vai publicado no final da sessão).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere o requerimento de V. Exa. Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó.

O SR. GERMINAL FEIJÓ (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, acabo de receber do Município de Lulécia, dois telegramas, o primeiro deles nos seguintes termos:

(Lé) “Funcionários Secretaria Saúde Região Presidente Prudente interditarão duas únicas farmácias nesta cidade. Medida violenta e desumana, privando toda população assistência farmacêutica causa profunda repulsa. Caso hoje criança necessitando urgente soro ameaçou deprestar próprios municipais e arrombamento prédios interditados. Solicitamos emite representante levar conhecimento Assembléia protestando nosso nome medida prejuizo população rural determinadas Secretário Saúde discricionariamente, sem conhecer detalhes locais. Pedimos interferir tornando público ato irresponsável Governo Estado. as) José Camarinha, pelo P.S.D.; Luis Almeida, pela U.D.N.; José Rodrigues, pelo P.S.P.; José Reis, pelo P.D.C.; Adauto Teixeira, pelo P.T.N.”

No mesmo sentido recebi telegrama do Sr. Veridiano Vieira Siqueira.

Através desta tribuna, desejo solicitar dos poderes públicos do Estado, principalmente do Sr. Governador, e do Sr. Secretário da Saúde, providências no sentido de que seja resolvido este problema, surgido em consequência de atos violentos e injustos de funcionários da Secretaria da Saúde, para que se resguardem direitos da população de Lulécia.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres Srs. deputados, estivemos na Aita Paulista e notamos que nas cidades de Ibitinga, Pau D’Alho, Nova Guataporanga, Tupi Paulista e Monte Castelo, vários sítiantes foram, da noite para o dia, lesados por um banco cooperativo, desses que pululam por aí, que surgem pela manhã e fecham ao marcadado, causando prejuizos aos depositantes mais modestos, sem a mínima interferência policial. Fazemos chegar ao Sr. Secretário da Agricultura e a polícia de São Paulo, um apelo no sentido de que os diretores desse banco sejam colocados na cadeia, e que os sítiantes mais modestos sejam mais defendidos, principalmente pelo Ministério da Agricultura que endossa a abertura desses estabelecimentos que fatalmente acabam causando prejuizos. Fazemos, portanto, chegar ao Ministério da Agricultura, ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado e a polícia de São Paulo, apelo para que socorram esses sítiantes lesados em mais de 20 milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, queremos ainda, neste instante, fazer referência à nossa luta pela introdução da ‘Loteria da Misericórdia’ em São Paulo. Já recebemos apoios expressivos da imprensa, rádio e televisão, bem como de cinquenta parlamentares desta Casa, e hoje recebemos também, do Sr. Manoel Pereira Damião, provedor da Santa Casa de Tupã, apoio e solidariedade à nossa luta pela introdução da ‘Loteria da Misericórdia’, semelhante à portuguesa, existente vitoriosamente há duzentos anos.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão do orador) (Para questão de ordem) — Sr. Presidente, o ‘Diário de São Paulo’ de hoje traz na sessão política uma notícia que me parece merecer uma correção do seu autor, a quem neste momento faço um apelo. A notícia tem como título:

(Lé) “Deputados seguem para o Uruguai, representando a Assembléia Legislativa de São Paulo no Congresso Pró-Amistia dos presos políticos de Portugal e Espanha”. Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que a representação oficial de comissão, dentro ou fora do país, impõe a necessidade do atendimento ao Regimento Interno, isto é, um requerimento propondo a comissão e a votação do requerimento por este Plenário, sem o que a comissão não será oficial.

Poderá ser oficiosa, mas não representará esta Assembléia. Se for proposta a nomeação dessa Comissão, por votação neste Plenário, a maioria, que é soberana — e não falo aqui na maioria governamental, mas na maioria que decide, que vota — a maioria poderá votar e me submeter, democraticamente, a essa votação. Mas quero deixar aqui o meu ponto de vista, que é também democrático; sou contra e, ainda que sendo a menos significante represen-

tante do povo aqui (não apoiados), a minha voz deverá ser ouvida, até porque estou aqui todos os dias. E estou exatamente para saber o que acontece, já que é o mínimo que posso oferecer ao povo que represento a minha presença.

Faço pois um apelo a esse jornal e a outros que porventura tenham publicado a mesma notícia para que retifique: essa ilustre comissão vai ao país vizinho e amigo para um Congresso que representa idéias das quais não participo, a convite de quem não sei, a título de que, também não sei. Desejo a todos uma ótima viagem, breve regresso. Mas S. Exas. não vão representando a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo! Poderiam ir, poderão ir se o Plenário assim o decidir. Mas, nesta oportunidade, quero deixar aqui o meu ponto de vista, que é contrário, e pedir ao jornal que esclareça essa dúvida; essa comissão não representa a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo!

O SR. PRESIDENTE — A Presidência verificará com a Assessoria Técnica da Mesa se foi submetido a Plenário requerimento nesse sentido. Se não foi, a notícia realmente não corresponde à verdade do que ocorre dentro da Assembléia Legislativa, pois só poderá ser representada a Assembléia Legislativa após pronunciamento da maioria dos Srs. deputados. Senão, será uma comissão de deputados paulistas àquele Congresso. (Pausa.)

Segundo informa neste instante a Assessoria Técnica da Mesa, o requerimento não foi submetido ao Plenário. Portanto, essa comissão não é uma comissão da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, mas, sim, uma comissão de deputados paulistas ao congresso que se realiza na Capital do Uruguai.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa requerimento, do nobre deputado Onofre Gosuen, de preferência para a discussão e votação do Projeto de lei n.º 9359, constante da pauta como item 3.º.

Posto a votos, é aprovado o requerimento do sr. Onofre Gosuen.

Entra em 2.ª discussão o Projeto de lei n.º 9359, apresentado pelo deputado Onofre Gosuen, transformando em Instituto de Educação a Escola Normal que funciona junto ao Colégio Estadual de Batatais, sob o título de Colégio Estadual e Escola Normal ‘Sílvio de Almeida’. Pareceres ns. 40459, 1741 e 1742/60, respectivamente da Comissão de Justiça, de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

O SR. MARCO ANTÔNIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Marco Antônio.

(O Sr. Marco Antônio pronuncia um discurso que por depender de revisão, será publicado depois).

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra, pelo restante do tempo do nobre deputado Marco Antônio, o ilustre deputado Rocha Mendes Filho.

O SR. ROCHA MENDES FILHO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, está de parabéns o ilustre deputado Marco Antônio, que teceu justas críticas ao Poder Executivo e à maioria parlamentar desta casa, pela maneira como se vêm comportando, fazendo com que o prestígio desta Assembléia diminua perante a opinião pública, em detrimento de todo o esforço que se faz no Estado e no país para a consolidação do regime democrático.

Foi feliz S. Exa., porque coisas estranhas ocorrem neste parlamento e ele as denunciou. As atitudes de membros da maioria, inclusive de seu líder, são defendidas não por S. Exa., mas por outros deputados, como fez há pouco o nobre deputado Corintho Balduino.

(Assume a Presidência o Sr. Gustavo Martini).

O SR. ROCHA MENDES FILHO — S. Exa. pretende defender o líder da maioria de atitude que ele mesmo não desmentiu, quer pela imprensa, quer por esta tribuna. E, se quem cala consente, como dis refrao popular, sou obrigado a acreditar no que disseram os jornais a respeito do sr. Felício Castellano.

O Sr. Corintho Balduino Costa Júnior — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ROCHA MENDES FILHO — Antes de ceder o aparte a V. Exa., quero deixar claro o meu respeito e minha admiração por V. Exa. Apenas fiz esse reparo ao aparte de V. Exa. ao discurso do colega Marco Antônio, por achar estranho que o deputado Felício Castellano tivesse preferido V. Exa. como advogado, não tendo ele mesmo vindo a esta tribuna, como seria o mais lógico. Deixo claro que as palavras de V. Exa., merecem todo o crédito. Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Corintho Balduino Costa Júnior (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Rocha Mendes Filho, quero dizer a V. Exa. a título de esclarecimento, que não sou advogado do líder da maioria nesta Casa. Seria uma honra para mim — imagine V. Exa. — ser advogado do líder do Governo nesta Casa. Todavia, Excelência, eu apenas gosto dos pingos nos ii. E como o assunto foi ventilado em discurso, eu — ciente da matéria — desejei esclarecer a verdade, como eu a sabia. Primeiramente porque havia indagado do nobre deputado José Felício Castellano se era verdade que se realizara aquele reunião de líderes situacionistas. Indaguei, e S. Exa. prontamente me respondeu que não, que não houve reunião alguma. Satisfiz a minha curiosidade apenas. Se posso falar por aquele cidadão, crendo na sua palavra, porque sou amigo de S. Exa. e não sou amigo de nenhum mentiroso — devo acrescentar a V. Exa., em seguida, que creio também em outra pessoa, enquanto não me faltar a verdade, porque é um amigo que me merece o respeito, o líder de minha bancada, nobre deputado Silva Azevedo. A bancada do Partido Libertador, embora se tenha mantido numa linha de independência nesta Casa, não pode negar — e V. Exa. o sabe — integra a maioria neste Parlamento. É o meu líder, líder portanto de uma bancada situacionista, o nobre deputado Silva Azevedo, confirma, reafirma e me autorizou a proclamar, de público, que nunca fui convidado, pelo menos em fins de 1960 e no ano de 1961, até a presente data, para nenhuma reunião nos Campos Elísios. Parece-me, Excelência, que isso não tem nenhuma importância. Por isso, não deveria interromper o discurso de V. Exa., sempre tão brilhante, com um aparte tão insignificante. Mas tenho para mim, Excelência, e sou democrata de verdade, que deseja os poderes harmônicos e independentes, embora ninguém possa fugir a uma maioria parlamentar, que existe em todos os parlamentos do mundo a opinião de que a influência dos Executivos deve fazer-se prevalecer sem dúvida, porém fora da área de sua sede. Pode haver contactos com os líderes, mas as reuniões dos parlamentares deve ser feita fora do palácio onde se instala o Governo do Estado. Friso bem esse ponto, Excelência. Isso não vem absolutamente em favor da tese que critica a existência de maiorias e minorias parlamentares, porque isso é ponto pacífico no regime democrático. Quero apenas dizer a V. Exa. que, criticando a reunião de maiorias concretas, dentro do palácio, desejo ajuizar estas palavras, tão-sómente como esclarecimento da verdade, pondo os pingos nos ii.

O SR. ROCHA MENDES FILHO — Nobre deputado Corintho Balduino Costa Júnior, primeiramente agradeço a V. Exa. as referências, provavelmente imerecidas, que fez à minha pessoa.

O Sr. Corintho Balduino Costa Júnior — Pelo contrário, muito merecidas.

O SR. ROCHA MENDES FILHO — Quero dizer a V. Exa. que não tive e não tenho, nas minhas palavras, nem de leve, a intenção de duvidar da palavra de V. Exa.

Estranhei apenas, e ainda estranho, que o líder da maioria não tivesse usado esta tribuna para desmentir aquela notícia dada pela imprensa.

Aliás, a imprensa noticiou este acontecimento em manchetes. E eu gostaria de informar a V. Exa., que deve ter lido aquele noticiário, e também para que conste dos Anais desta Casa, que junto com aquela mesma notícia encontrava-se uma entrevista concedida pelo nobre deputado Israel Dias Novas, da bancada da União Democrática Nacional, na qual aquele parlamentar afirmava que, como resultado daquela reunião, os Srs. deputados pertencentes à maioria nesta Casa iriam rejeitar novamente as emendas à lei de caráter financeiro que a minoria pretendesse oferecer, com apoio de alguns membros da maioria, já que não contamos com 31 deputados.

E dizia ainda S. Exa., o nobre deputado Israel Dias Novas, que os deputados ausentes na madrugada em que aqui se votou o projeto do funcionalismo — inclusive o deputado Onofre Gosuen, que agora deseja a aprovação do seu projeto — estariam presentes, por exigência do Governador do Estado. Esta entrevista foi publicada por toda a imprensa. E não me consta que aquele deputado tenha desmentido esse seu pronunciamento divulgado pelos jornais.

Veja V. Exa., nobre deputado Corintho Balduino Costa Júnior, quem deseja defender o prestígio do Parlamento, quem quer manter a integridade do Parlamento de São Paulo, não pode, em hipótese alguma, fazer o que